



ITEM – 47

Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02(dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVIII desta Resolução.”

Resolução TC nº 52, de 13 de fevereiro de 2019

ANEXO XVIII

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
Processo TC nº:1730024-1 DETERMINAR, com base no disposto no artigo 62, inciso III, da Lei Estadual nº 12.600/04, que a atual gestão municipal, nos períodos de verificação que se seguirem, observe rigorosamente as disposições da Resolução TC nº 20/2015, notadamente quanto à necessidade de recondução dos limites de despesa com pessoal extrapolados, nos termos do artigo 23, caput, da Lei de Responsabilidade - LRF, sob pena de aplicação da multa prevista no artigo 73, inciso XII, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Pernambuco. Registrar que o Município de Cupira não poderá receber transferências voluntárias, conforme o disposto no § 3º do artigo 25 da LRF; obter garantia direta ou indireta de outro ente; contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal, conforme determina o § 3º do artigo 23 do mesmo diploma legal.	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE		Expedição do decreto nº 053/2017 e 014/2018, que dentre outras medidas diminuiu em 20% as gratificações dos cargos comissionados e remunerações de agentes políticos, vedando ainda concessão de férias e licença – prêmio.



Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
Processo TC nº:1721031-8 DETERMINAR, com base no disposto no artigo 62, inciso III, da Lei Estadual nº 12.600/04, que a atual gestão municipal, nos períodos de verificação que se seguirem, observe rigorosamente as disposições da Resolução TC nº 20/2015, notadamente quanto à necessidade de recondução dos limites de despesa com pessoal extrapolados, nos termos do artigo 23, caput, da Lei de Responsabilidade - LRF, sob pena de aplicação da multa prevista no artigo 73, inciso XII, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Pernambuco. Registrar que o Município de Cupira não poderá receber transferências voluntárias, conforme o disposto no § 3º do artigo 25 da LRF; obter garantia direta	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE		Expedição do decreto nº 053/2017 e 014/2018, que dentre outras medidas diminuiu em 20% as gratificações dos cargos comissionados e remunerações de agentes políticos, vedando ainda concessão de férias e licença – prêmio.



ou indireta de outro ente; contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal, conforme determina o § 3º do artigo 23 do mesmo diploma legal.			
DETERMINAR realização de seleção pública simplificada;	IMPLEMENTADA PARCIALMENTE		Foi realizada uma seleção simplificada através do edital 65/2018 para a secretaria de educação em 28 de dezembro de 2018.
DETERMINAR fundamentação fática compatível com o instituto da contratação temporária por excepcional interesse público;	IMPLEMENTADA	Foi realizado o Concurso Público para provimento de cargos efetivos através do edital Nº: 01/2017, publicado em 20 de dezembro de 2018, sendo o mesmo homologado através do DECRETO Nº: 06 de janeiro de 2019.	

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
Processo TC nº:1608578-4			
DETERMINAR a ausência de fundamentação fática compatível com o instituto da	IMPLEMENTADA PARCIALMENTE	Foi realizado o Concurso Público para provimento de cargos efetivos através do	



contratação temporária por excepcional interesse público;		edital Nº: 01/2017, publicado em 20 de dezembro de 2018, sendo o mesmo homologado através do DECRETO Nº: 06 de janeiro de 2019. Trata-se do primeiro mandato do gestor, onde o mesmo vem buscando organizar todos os serviços prestados ao município sem deixar de atender as necessidades básica de educação e saúde. Com a homologação do concurso as contratações irão diminuir em grande percentual.	
DETERMINAR contratação irregular de agente de endemias;	IMPLEMENTADA		Foi realizado o Concurso Público para provimento de cargos efetivos através do edital Nº: 01/2017, publicado em 20 de dezembro de 2018, sendo o mesmo homologado através do DECRETO Nº: 06 de janeiro de 2019.
DETERMINAR acumulação indevida de cargos e funções, conforme disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal;	IMPLEMENTADA	Exoneração do servidor que possuía a acumulação indevida de cargos ou funções.	
DETERMINAR o encaminhamento a este Tribunal, fora do prazo fixado na Resolução	IMPLEMENTADA	Os Quadrimestres atualmente vem sendo todos enviados tempestivamente, no entanto	



TC nº 01/2015, da documentação referente às contratações temporárias;		ocorreram envios em atrasos no momento de implantação do sistema eletrônico. Os arquivos com extensão .csv gerados que eram submetidos à validação no endereço eletrônico seguinte da rede mundial de computadores, www.tce.pe.gov.br/validadoradmissao onde apresentavam várias inconsistências sendo as mesmas resolvidas através de chamados aberto junto ao atendimento do TCE.	
DETERMINAR inobservância dos limites impostos pela LRF	IMPLEMENTADA PARCIALMENTE		Expedição do decreto nº 053/2017 e 014/2018, que dentre outras medidas diminuiu em 20% as gratificações dos cargos comissionados e remunerações de agentes políticos, vedando ainda concessão de férias e licença – prêmio.
DETERMINAR último concurso público realizado pela Prefeitura de Cupira, com vistas	IMPLEMENTADA	Foi realizado o Concurso Público para provimento de cargos efetivos através do	



ao provimento de cargos efetivos, data de 2009;		edital Nº: 01/2017, publicado em 20 de dezembro de 2018, sendo o mesmo homologado através do DECRETO Nº: 06 de janeiro de 2019.	
DETERMINAR a não realização de seleção pública simplificada;	IMPLEMENTADA PARCIALMENTE		Foi realizada uma seleção simplificada através do edital 65/2018 para a secretaria de educação em 28 de dezembro de 2018.

Determinação/Recomendação: elencar, uma a uma, por processo, as determinações ou recomendações contidas nas deliberações (decisões ou acórdãos) emitidas pelo TCE/PE, nos três últimos anos, compreendendo o referente ao da prestação de contas e os dois anteriores.

Situação: informar se a determinação ou recomendação foi cumprida (implementada), implementada parcialmente ou não implementada.

Ações: informar as ações adotadas para implementação da determinação ou recomendação correspondente.

Justificativa: este campo deverá ser preenchido com os esclarecimentos julgados pertinentes em caso de não implementação ou implementação parcial da determinação ou recomendação correspondente

